



ARTIGO

GREVE DE OUTUBRO DE 1957 EM SÃO PAULO: IDENTIDADES DE CLASSE E DE NAÇÃO

THE GENERAL STRIKE OF OCTOBER 1957 IN SÃO PAULO: NATIONAL AND CLASS IDENTITIES

Prof. Murilo Leal PEREIRA NETO*

RESUMO

Adotando como referenciais teóricos os conceitos de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson e de hegemonia, desenvolvido por Marilena Chauí a partir de Gramsci, o presente artigo trata das relações entre as idéias de classe e nação no meio operário durante a greve de outubro de 1957 em São Paulo (greve dos “400 mil”). A partir de pesquisa empírica, é analisado o cruzamento de discursos formadores da idéia de nação e de classe. É abordada, ainda, a relação entre estes processos e as crises de modernização da sociedade brasileira. O artigo busca compreender como as duas identidades vão se formando no próprio processo da vida e da luta social. Também levanta hipóteses sobre o significado do elemento popular na ideologia nacional, desde os pensadores da Escola do Recife, particularmente Sílvio Romero, até o nacionalismo/populismo, na condição de alicerce de uma nacionalidade vista como problemática e inconclusa.

Palavras-chave: Nação, classe trabalhadora, modernização

ABSTRACT

Adopting as theoretical references the concepts of “imagined community” of Benedict Anderson and of hegemony, developed by Marilena Chauí from Gramsci, the present article deals with the relations between class and nation ideas in the working class during the general strike of October 1957, in São Paulo (the strike “of the 400 thousand”). From an empirical research, the crossing of the speeches that formed the ideas of nation and class is analyzed. The relation between these procedures and the crises of modernization in the Brazilian society is also tackled. The article searches to comprehend how the two identities were formed in the very process of life and class struggle. It also raises hypotheses about the meaning of the popular element in the

^(*) Mestre e doutorando em História Social pela USP. Professor de História da Universidade do Grande ABC-UniABC. Pesquisador do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância) da USP.

nation ideology, from the thinkers of the School of Recife, in particular Silvio Romero, to the nationalism/populism, as the foundation of a nationality regarded as troublesome and uncompleted.

Key words: *Nation, working class, modernization.*

Os problemas da formação da identidade nacional, de identidades de classe e da modernização da sociedade brasileira estão inextricavelmente ligados e se atualizam com as mudanças nas conjunturas históricas. Trata-se de processos em que estruturas, conjunturas e acontecimentos se relacionam e não de essências obtidas de uma vez por todas. Pode-se pensar tanto a nação quanto as classes sociais como comunidades imaginadas, constituídas, embora, a partir de situações estruturais e históricas diferentes. Como afirma Benedict Anderson: “De hecho, todas las comunidades mayores que las aldeas primordiales de contacto directo (y quizá incluso éstas) son imaginadas. Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo con que son imaginadas” (Anderson, 1993, p. 24). Existem quando um número significativo de pessoas assim o considera. Além disso, os dois tipos de comunidades (nação e classe) formam-se em relação entre si. Pode-se isolá-las na análise conceitual, mas a pesquisa histórica deve voltar a reconstruí-las em relação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as relações entre os processos em que a idéia de pertencimento à nação e a classe social se colocam na conjuntura dos anos de 1956 a 58 em São Paulo para as duas categorias operárias mais numerosas de então: metalúrgicos e têxteis. Essas relações serão analisadas na perspectiva do exercício da hegemonia das classes dominantes através do reconhecimento e controle das classes populares no nacionalismo/populismo.

No período escolhido ocorreu uma importante greve, em outubro de 1957, unificando várias categorias de trabalhadores, confrontando patrões e empregados, e envolvendo a ação de parlamentares, governantes e militares. Trata-se, portanto, de acontecimento revelador das tensões entre discursos formadores da identidade nacional e da identidade de classe. Retrocedendo ao ano de 56, podemos ligar o acontecimento a conjuntura, marcada pela emergência de uma “onda de modernização” que se manifestou através de diversificados eventos na economia e na cultura.¹ Assim como na onda dos anos 30, a questão do papel do popular na definição da identidade nacional coloca-se com nitidez. Finalmente, quanto a documentação pesquisada, cabe esclarecer que trabalhamos com três tipos de fontes primárias, além da bibliografia: atas de assembleias gerais do STIFT-SP (Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, doravante chamado Sindicato dos Têxteis), documentação do DOPS (relatórios, comunicados, informações reservadas, recortes de jornais e panfletos) e coleção do jornal *Notícias de Hoje*, do Partido Comunista Brasileiro.

A nosso ver, as “ondas de modernização” que atravessaram a sociedade brasileira desencadearam o que se pode chamar de crises da consciência nacional. A questão aparece nitidamente com o modernismo. Como lembra Eduardo J. de Moraes, após um primeiro período de dois anos em que o modernismo caracterizou-se como movimento de renovação estética através da

⁽¹⁾ O conceito de “onda de modernização” encontra-se desenvolvido na Tese de Doutorado de João Ricardo de Castro Caldeira, *IEB: origem e significados (um estudo sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo)*. FFLCH/USP, 2000. Segundo o autor: “No transcorrer do século XX, tanto em momentos liberais como de autoritarismo político, a sociedade brasileira foi atravessada por ondas de modernização. Estas se caracterizam principalmente pelo crescimento urbano-industrial, pela inovação artística e pelo despertar do interesse num melhor conhecimento da realidade brasileira”. A respeito da *onda de modernização* dos anos 50, o autor esclarece: “A guerra e o imediato pós-guerra parecem ter refreado os ímpetos modernizadores no Brasil. Todavia, depois de iniciada a década de 1950, nova *onda de modernização* instaurou-se no país. Essa onda, caracterizada por um clima de considerável otimismo, envolveu amplas forças sociais e foi marcada por fatores diversos, como, por exemplo, tentativas de superação do *arcaico* pelo *moderno*; apreciável crescimento econômico, impulsionado pela disposição do Estado em implementar a infra-estrutura necessária à expansão industrial no país, e razoável tendência democrática no campo político”.

incorporação das linguagens das vanguardas européias, a partir de 1924, com o *Manifesto Pau Brasil*, abre-se um movimento de busca da cultura nacional, das “forças escondidas na Nação”. A mudança de rumos manifesta-se numa preocupação que se acirra de 1924 a 30 no sentido de “elaborar uma literatura de caráter nacional” e, mais radicalmente, “elaborar um projeto de cultura nacional em sentido amplo” (Moraes, 1978, p. 73). O projeto pode ser sintetizado na idéia de que “seremos modernos se formos nacionais”.

A postura dos modernistas, entretanto, não é tão radicalmente nova. Francisco Foot Hardman argumentou sobre a inadequação da idéia de uma dicotomia entre pré-modernismo e modernismo, e opôs-se à idéia de uma literatura *art nouveau* anterior ao modernismo, preferindo ampliar o conceito de modernismo e recuar sua periodização para o final do século XIX. Eventos como a Proclamação da República e mesmo a Guerra do Paraguai, estão associados a processos de modernização da economia, da sociedade e da cultura brasileiras e à emergência de novas formas de pensar o Brasil, mesmo que através dos modelos “importados” como “o positivismo de Comte, transformismo de Darwin, o evolucionismo de Spencer, o intelectualismo de Taine e Renan, tudo vindo a calhar, no Brasil, na chamada Escola do Recife, Tobias Barreto à frente” (Hardman, 1992, p. 290). O dilema da identidade nacional aparece, já então, como questão a ser resolvida. Segundo Hardman, “Entre projeções futuristas e revalorizações do passado, escritores do Brasil na passagem de século tentavam fazer o que o modernismo, depois, adotaria como programa: redescobrir o país” (Hardman, 1992, p. 289).

Sílvio Romero, por exemplo, crítico literário e, juntamente com Araripe Júnior e Tobias Barreto, expoente da “Escola do Recife”, argumenta que o “nosso maior mal” é o artificialismo, é “pretendermos ser, como nação, como todo político-social, o que não somos realmente” (Romero, 1908, p. 1). Esse artificialismo se evidenciaria na política pela Constituição Imperial, liberalizante em excesso, na legislação pela cópia atabalhoada de leis estrangeiras, na vida econômica pela criação de uma “indústria de estufa”, na vida social, pela preocupação com o embelezamento da capital ao

invés da educação das massas. O Brasil seria “país de senhores, de grandes, de magnatas, mas terra sem povo, no alto sentido da palavra” (Romero, 1903). Verificamos, portanto, desde então, uma reflexão sobre a nacionalidade, através da literatura, que identifica a ausência de uma substância: falta o povo brasileiro.

Se pudermos pensar tanto o período da *belle époque*, quanto a década de 30 e a década de 50, como momentos de expansão de “ondas de modernização” parece ocorrer que as mesmas são acompanhadas pela atualização do dilema de adequar povo e nação num todo, numa comunidade imaginada. Uma interpretação para essa sensação de artificialismo de nossas instituições, idéias e cultura é apresentada por Roberto Schwarz. Tratar-se-ia de um caso clássico de “falsa consciência”: “...a tese da cópia cultural é ideologia na acepção marxista do termo, quer dizer, uma ilusão bem fundada nas aparências (...)”. Nossa cultura não seria artificial devido à ausência, como supunha Sílvio Romero, de um denominador comum entre cultura do povo e da elite, ocorrendo, na verdade o inverso: “...o sentimento aflitivo da civilização imitada não é produzido pela imitação, presente em qualquer caso, mas pela estrutura social do país...” (Schwarz, 1989, p.46). O autor esclarece que “...a feição copiada de nossa cultura resultaria de formas de desigualdades brutais a ponto de lhes faltarem mínimos de reciprocidade – o denominador comum ausente – sem os quais a sociedade moderna de fato só poderia parecer artificiosa e importada” (Schwarz, 1989, p. 46). Portanto, o dilema da cópia ou da autenticidade seria falso, uma vez que sempre instituições, idéias e cultura são elaboradas sob a exposição de influências externas. O problema real estaria na gravidade da cisão entre as classes, o que impediria o mínimo de trocas próprio de qualquer elaboração cultural.

Outra linha de interpretação do problema é apresentada por Daniel Pécaut. O autor argumenta que, nos anos 20-40, “a intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional” (Pécaut, 1990, p. 22). Estes são vistos, então, como “uma camada social com vocação para conduzir a nação ao encontro de si mesma”. Graças ao hiato entre o social e o político,

os intelectuais apareciam como mediadores indispensáveis, substituindo as classes e colocando-se na posição de poder. Portanto, como intérprete da verdadeira cultura nacional, a intelectualidade apresenta-se e é reconhecida como agente da edificação da nação enquanto comunidade imaginada, capaz de resolver o problema da inadequação entre Estado, nação e sociedade real.

O nacionalismo/populismo foi, certamente, a forma mais duradoura, no período republicano, de resolução do dilema anteriormente apontado. Neste trabalho, optamos por pensá-lo de maneira ampla, abrangendo expressões como o trabalhismo, o nacional-desenvolvimentismo e o populismo. O nacionalismo/populismo é aqui pensado como forma de exercício da hegemonia das classes dominantes, na perspectiva proposta por Marilena Chauí. Em sua discussão sobre a relação entre hegemonia, cultura e ideologia, a autora lembra que, para Gramsci, o conceito de hegemonia “inclui o de cultura como processo social global que constitui a visão de mundo de uma sociedade e de uma época e o de ideologia como sistema de normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata” (Chauí, 1987, p. 21). Para Gramsci, a hegemonia é a cultura numa sociedade de classes. A hegemonia é encarada como um processo: “É um complexo realizado de experiências, relações, atividades com pressões e limites específicos e mutáveis (...) Deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas” (Chauí, 1987, p. 22). Neste jogo, a cultura popular deve ser encarada como “...um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência)” (1987, p. 25). A hegemonia não poderia realizar-se sem o reconhecimento e incorporação de componentes da cultura popular e operária cuja identidade, por sua vez, se constitui numa relação de forças dentro do próprio processo de hegemonia, formando elementos do que se poderia chamar de contra-hegemonia.

Tentaremos analisar, a seguir, a presença do elemento operário e popular no complexo em que a hegemonia se exerceu sob a forma do

nacionalismo/populismo nos anos 50, a partir da conjuntura da greve de outubro de 1957 (greve “dos 400 mil”) e refletir sobre o nacionalismo/populismo como “invenção” produzida nos marcos de um imaginário, herdado da reflexão de pioneiros como Sílvio Romero, que tentavam “descobrir o Brasil” para adequar a ele nossas idéias e instituições.

Cabe assinalar que as condições estruturais em que a nova forma de hegemonia é exercida são justamente as de uma crise de hegemonia, segundo interpretação de Francisco Wefort, que irá se prolongar mesmo após o golpe civil-militar de 1964, obrigando as classes a aceitarem um “Estado de compromisso”. Segundo o autor, com a crise do velho regime, associada à depressão de 1929 e à decadência da economia agrária, “abre-se uma situação de crise e de instabilidade que persiste até hoje” (Wefort, 1968, p. 51). Os velhos grupos oligárquicos já não seriam o centro de gravitação da ordem política, por outro lado, os novos grupos emergentes teriam fracassado em introduzir mudanças nas orientações fundamentais do processo de produção. Deslocadas as classes oligárquicas, inabilitadas as classes médias e os novos grupos econômicos para sua substituição, abrir-se-ia uma situação de compromisso entre os grupos dominantes. Nestas condições, ocorreria a emergência política das classes populares. Segundo Wefort, “os fundamentos da legitimidade do poder tenderão a ser buscados, em certa medida, fora dos grupos dominantes, através de alianças populistas com setores das classes sociais dominadas” (Wefort, 1968, p. 52). O que tem merecido críticas na proposição de Wefort é a conclusão de que, no populismo “(...) a classe operária perderá sua própria identidade de classe dentro de um pacto social só possível dentro dos limites prescritos pela ordem vigente” (Wefort, 1968, p. 25). A historiografia mais recente vem apontando para processos mais ambíguos, na linha do conformismo e resistência a que refere-se Chauí, de afirmação e perda de identidade de classe numa relação de forças flutuante.

Afinal, como efetivamente é exercida a hegemonia das classes dominantes numa situação de crise de hegemonia? Do ponto de vista simbólico, como lembra Hermano Vianna, citando Peter Fry,

itens produzidos originalmente por grupos dominados serão apropriados e elaborados como símbolos da cultura nacional. Isto ocorrerá com o samba carioca, com o carnaval e também com o futebol. Segundo Vianna: “A vitória do samba era também a vitória de um projeto de nacionalização e modernização da sociedade brasileira. O Brasil saiu do Estado Novo com o elogio (pelo menos em ideologia) da mestiçagem nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Conselho Nacional do Petróleo, partidos políticos, um ritmo nacional” (Vianna, p. 127). Por outro lado, ocorrerá o que Adalberto Paranhos qualificou como “o roubo da fala”, ou seja, o trabalhismo, enquanto ideologia, será elaborado a partir das “falas” operárias anteriormente produzidas. No plano político/jurídico demandas como a legislação referente a férias, institutos de previdência, regulamentação do salário mínimo, são atendidas e controles sobre a ação sindical são construídos. Ou seja, trata-se de uma forma de exercício da hegemonia em que a dominação se realiza ambigualmente através do reconhecimento de demandas e direitos dos de baixo e, reciprocamente, as formas de resistência a essa dominação se exercem, muitas vezes, a partir da apropriação e re-significação de símbolos e práticas elaboradas pelos de cima.

Tentaremos, a seguir, verificar como esse jogo se processa na conjuntura 56/58 no meio operário em São Paulo. Primeiramente abordaremos alguns aspectos da vida cultural operária. Em 30 de abril de 1956 realizou-se em São Paulo uma festa de encerramento da campanha de sindicalização do Sindicato dos Têxteis. O evento tem início às 21 horas com a entrega de prêmios aos associados que mais se destacaram. Em seguida é realizada a entrega de taças ao campeão, vice e terceiro colocados do torneio futebolístico inter-fábricas, promovido como parte da campanha. Logo após, o Presidente do Sindicato, Nelson Rusticci, pronunciou discurso encerrando a campanha e finalmente teve início um “grandioso baile (...) abrilhantado pela orquestra do Arlindo, composta de 21 figuras, com três *crooners*”, destacando-se Wilson Roberto e outros valores do “broadcasting”.²

² Dops. Pasta 50-Z-315.665. *Convite*

³ Dops, pasta 50-z-315-658, *Notícias de Hoje*.

Cabe lembrar que as primeiras campanhas de sindicalização dos trabalhadores foram lançadas pelo Estado na perspectiva de formação de uma estrutura corporativa. Vemos, aqui, no entanto, como o sindicato organiza sua campanha com um sentido de mobilização, onde não falta o futebol e tudo culmina com uma grande festa operária. Parece estarmos lendo algumas páginas de *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Seu autor afirma: “Quem sente saudade de 1958 (...) privilegia no flash-back as orquestras de Osvaldo Borba, Severino Araújo, Pereira Filho, Rui Rei, Bill Farr, Valdemar Spillman e Valdir Calmon tocando nos suntuosos bailes de formatura do ginástico (...) Eram as grandes festas da cidade. As moças, de longo. Todas. Os rapazes, de smoking. Todos (...) Nunca se dançou tanto (...)” (Santos, 1997, p. 42). Os bailes operários, como o promovido pelo sindicato, embora possam parecer gestos de imitação cultural, adquirem aqui outro sentido, uma vez que associam o divertimento a uma campanha de fortalecimento da entidade de classe e da solidariedade operária, reforçando os laços de pertencimento a uma coletividade.

Pouco tempo antes, o jornal *Notícias de Hoje*, principal veículo de imprensa do PCB no período, noticiou uma assembléia têxtil em que “os vários oradores apelaram para a sindicalização em massa, nesta campanha em que o Sindicato dos Têxteis está empenhado”. Foram citados os exemplos da Mariângela que desafiou “os seus irmãos” da Calfat, para ver quem sindicalizava mais trabalhadores. Também a Tecelagem ITA desafiou a Moussali, usando como emulação uma feijoada”.³ Nesta outra iniciativa pela sindicalização, a idéia de pertencimento a uma comunidade aparece no tratamento de “irmãos”, emulando-se numa atividade que fortaleceria os laços coletivos através da sindicalização, sendo coroada com uma feijoada, símbolo gastronômico da nacionalidade e da miscigenação.

Além dos bailes, outro programa da elite nos anos 50 era o concurso de miss. “Não havia programa mais elegante no calendário social de junho de 1958 do que assistir ao concurso de

misses no Maracanãzinho” (Santos, 1997, p.61). No meio operário, eram freqüentes os concursos de rainhas, seja como parte da programação de eventos como pic-nics promovidos pelo Sindicato, seja para reforçar campanhas financeiras. No dia 8 de abril de 1956 um comunicado do DOPS registra reunião com 150 pessoas no Sindicato dos Têxteis, tendo como pauta a apresentação de teses na Conferência Estadual de Estudos e Defesa das Leis Sociais. Encontramos o seguinte registro: “Na saída duas senhoras faziam coleta de fundos para a imprensa popular por intermédio de votos para o concurso da rainha da imprensa popular”.⁴ Não podemos afirmar com segurança, sem pesquisas empíricas, que os concursos de rainhas sejam imitação dos concursos de misses, mantidos no Brasil, com interrupções, desde 1930 (Santos, 1997, p. 64). Entretanto, podemos supor que a popularidade simultânea dos concursos de misses nos anos 50 e os de rainha no meio operário não seja simples coincidência. Talvez estejamos diante de um evento produzido pelas elites e divulgado pelos meios de comunicação de massa, sendo reelaborado pelo meio operário com um significado de reforço da mobilização operária.

Passando ao campo das lutas econômicas e políticas, verifica-se que as próprias estratégias de elaboração e legitimação das demandas operárias e de construção de suas organização passam pelo processo ambíguo de conformismo e resistência face à legislação e aos representantes do Estado. Como já analisado por John D. French, a CLT foi freqüentemente empregada pelos dirigentes sindicais, no confronto com os patrões, como fonte de legitimação das lutas operárias e de confronto com os interesses patronais. Preocupado em interpretar o papel da legislação trabalhista na formação política e cultural da classe trabalhadora brasileira, French lembra, citando Maria Célia Paoli, que a CLT “formou a base da luta de classes, onde a cultura e a política encontram a vida cotidiana” porque reconhecia, embora de forma ambígua, “as demandas culturais mais amplas por justiça e imparcialidade nas condições de trabalho” (French, 2001, p. 57). Para French a CLT é produzida numa relação de forças em que a “ação

do Estado teve resultados inesperados e mesmo paradoxais. A CLT opunha-se à organização autônoma da classe, mas não era ‘em essência’, ou necessariamente, antioperária. O ‘significado’ da intervenção do Estado corporativista, que respondeu a impulsos contraditórios, variou sistematicamente de acordo com a correlação de forças entre as classes, regiões e facções em cada nível da estrutura de poder” (French, 2001, p. 33).

No que diz respeito à conjuntura 56/58, após o encerramento da greve de outubro de 1957, com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho concedendo 25% de reajuste para as categorias envolvidas, os patrões recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho, que acabou por rebaixar o reajuste para 18%. A patronal também lançou mão de formas de burla da decisão do TRT: no caso dos têxteis, reduzindo tabelas de pagamento, trocando os títulos dos artigos (uma vez que o pagamento era feito em função da quantidade e dificuldade das peças produzidas), demitindo e readmitindo com salários inferiores. Face a todas essas pressões, as formas de resistência operária são várias: vão desde “paralisações conta-gotas”, fábrica por fábrica, até o recurso à CLT para impedir, por exemplo, acordos de demissão inferiores ao previsto na lei. Aqui a CLT é empunhada como um patamar mínimo que os patrões devem respeitar e a partir do qual a luta deve se dar. Em novembro de 1957 Julio Devichiatti, Presidente do Sindicato, denuncia nas páginas do jornal *Notícias de Hoje*: “Patrões tentam burlar por todas as formas o aumento conquistado” com a greve. É denunciada a imposição de acordos de demissão inferiores ao previsto na CLT nas empresas Kalux, Lanificio Inglês e Jafet.⁵ A idéia de que são os patrões que, com sua ganância, atentam contra a lei e a ordem parece fazer deslizar o sentido da manutenção da ordem social, de um ponto de vista dos interesses das classes dominantes, para a ótica dos interesses dos dominados. É como se a luta de classes se processasse não na forma de confronto ideológico, mas de disputa pelo significado do que seja ordem social e do que seja comunidade nacional.

Em março de 1958, já tendo o TST reduzido o índice de reajuste de 25% para 18%, algumas

⁽⁴⁾ Dops, pasta 50-Z-315-663, *Comunicado SOG*, 9/4/1956.

⁽⁵⁾ Dops, pasta 50-Z-315-770, *Notícias de Hoje*, 17/11/1957.

empresas, ainda assim, não cumpriam o determinado pela lei. Uma delas foi a Cia Paulista de Aniagaem. Organizou-se, então, uma passeata, no dia 4 daquele mês, saindo do sindicato, em direção ao Palácio Campos Elíseos. O então Secretário do Sindicato, Nelson Rusticci, dirige-se ao governador Jânio Quadros apelando para que este “convidadesse os patrões a comparecerem ao Palácio e os convencesse a reajustar os salários dos trabalhadores conforme determina a lei, pondo um paradeiro nesse triste estado de coisas para a tranqüilidade pública”, ao que o governador respondeu que iria tomar providências, prontificando-se a receber uma comissão no dia 6, portanto dali a dois dias, que deveria levar um relatório sobre as firmas que não estavam pagando o último aumento concedido “e isto deveria ser feito em caráter sigiloso”.⁶

A idéia dos “sagrados direitos dos trabalhadores”, embora conciliáveis com os dos patrões, mas mais legítimos do que os mesmos, está presente nos vários discursos de legitimação das reivindicações operárias antes e depois da greve. Elaborar-se uma idéia de nação que se identifica com os interesses dos trabalhadores e, secundariamente com os dos patrões. Por exemplo, em março de 58, ainda no contexto de luta pelo cumprimento da decisão do TST, o Presidente do Sindicato dos Têxteis dirige-se aos patrões de algumas empresas em greve exigindo: “Cumpra os seus deveres para obter o respeito a seus direitos. Estamos dispostos a lutar junto com os empregadores da indústria nacional. Mas jamais abriremos mão dos sagrados direitos dos trabalhadores”.⁷

Na assembléia dos têxteis e mestres e contra-mestres nas indústrias de fiação e tecelagem em que a deflagração da greve foi decidida, no dia 13 de outubro de 1957, são formulados discursos que, com enfoques diferenciados, constroem a idéia da legitimidade da greve a partir do significado da presença dos trabalhadores na comunidade nacional. A assembléia realizou-se no Cine São José do Belém e reuniu aproximadamente 800 trabalhadores. Além de representantes de sindi-

catos do interior, da Federação dos Têxteis, da DRT (Delegacia Regional do Trabalho), encontravam-se presentes representantes dos sapateiros, marceneiros, da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), da Federação das Mulheres de São Paulo e de comissões de sapateiros, gráficos, metalúrgicos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão e nos curtumes.⁸

O primeiro discurso a ser assinalado é o do advogado do sindicato e membro do PCB, Rio Branco Paranhos. Segundo o *Relatório preparado pelo SOG*, Paranhos afirmou que “os trabalhadores amam o seu país e não irão contra o Governo na sua política de crédito como não são contra a Petrobrás pela exploração de nossas riquezas nacionais, etc., mas que deveria ser feito o que o grande nacionalista e democrata, Marechal Lott, aconselhou, isto é: o aumento deve ser dado tirando-se dos lucros patronais”. Aqui encontramos a formulação clássica do PCB: trabalhadores e exército representando a nação enquanto os lucros patronais são identificados como ilegítimos.

Já o discurso do representante do Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres, Pedro Diajurni, não se refere explicitamente à questão nacional, mas elabora a idéia da legitimidade da organização, da luta operária e da greve como formas de defesa da família e do lar, inclusive justificando a quebra da ordem legal, enquanto a exploração e a carestia são apresentadas como crime. Segundo o relatório do Dops, Diajurni tirou do bolso um recorte de jornal sobre um ladrão de galinha que roubara de um vizinho, defendendo o ladrão: “Afirmou o senhor Diajurni que aquele não era um ladrão e sim um guardião de seu lar, de sua família e de seus filhos (...) afirmou que crime é aumentar assim o custo de vida e deixar o governo que vigore a exploração (...)”.

Cruzando-se os dois discursos, de Rio Branco Paranhos e de Diajurni, temos por um lado a construção de uma idéia de nação simbolizada por trabalhadores e militares, enquanto os empresários aparecem como exploradores, elementos perturbadores da comunidade nacional. O governo aparece precariamente identificado com a nação,

⁶ Dops, pasta 50-z-315-810, 4/3/1958.

⁷ Dops pasta 50-Z-315-813, *Notícias de Hoje*, 21/3/1958.

⁸ Dops pasta 50-Z-315.737, *Comunicado Preparado pelo SOG*, 14/10/1957.

uma vez que, embora a defenda, através das estatais como a Petrobrás, por outro lado, ao permitir a exploração, estaria ligando-se aos interesses mesquinhos de uma parte, os empresários, exploradores, justificando assim uma possível quebra da ordem simbolizada pela ação do ladrão de galinha apresentado como “guardião do seu lar”.

Um terceiro discurso a ser assinalado é o do Diretor Sindical da DRT, também presente na assembléia, afirmando que na gestão de Mário Pimenta de Moura as portas da DRT “estariam abertas para atender qualquer trabalhador que dela necessite e aja com justiça e democraticamente”. Aqui o representante do Ministério do Trabalho, no momento decisivo da deflagração da greve, ao invés de um discurso ameaçador, fala num tom acolhedor, sugerindo que, durante a greve, a DRT se manteria neutra. A figura do representante do Estado aparece ambígua, ao mesmo tempo simbolizando uma vigilância, uma definição de limites (a ação operária deveria ser justa e democrática) e um endosso à luta.

Quanto à importância da greve de outubro propriamente dita, como assinalou Alexandre Fortes, “foi um momento fundamental de afirmação dos trabalhadores como classe e possui essencial importância para a compreensão da história brasileira desse período” (Fontes, 1999, 147). Isto porque a imagem dos anos 50 como os “anos dourados” brasileiros, com a vitória na Copa do Mundo, a repercussão internacional da Bossa Nova, do Cinema Novo, a construção de Brasília, acaba se edificando em contraposição ao “encobrimento das importantes lutas sociais desenvolvidas naqueles anos”. Para uma narrativa da greve, remetemos tanto ao artigo de Paulo Fontes como ao de Fábio Munhoz, *Sindicalismo e democracia populista: a greve de 1957*. Para os objetivos de nosso trabalho, gostaríamos de destacar três aspectos.

Primeiramente, a ampla participação de políticos populistas de todos os matizes e mesmo de militares em apoio à greve. Fontes lembra que Ademar de Barros, eleito prefeito de São Paulo em março do mesmo ano, realizou campanha em portas

de fábricas e bairros operários atacando o preço do feijão e a carestia. Em assembléia no Hipódromo da Mooca, realizada em 21 de outubro de 1957, com o comparecimento de 8 a 10 mil operários, o general Leônidas Cardoso pronuncia discurso, em que ressalta o direito de greve, o apoio dado por categorias do interior, “incentivando os trabalhadores a se unirem aos seus dirigentes na reivindicação do aumento de 45% e condenando as violências policiais”. O deputado Farabulini Jr. fala então de um projeto encaminhado na Assembléia Legislativa concedendo 1.000.000 de cruzeiros para a causa dos trabalhadores. Também estavam presentes na assembléia o vereador João Louzada, o deputado Frota Moreira e o general Gentil Falcão.⁹ Como assinala Paulo Fontes: “os interesses políticos em jogo na paralisação de 1957 eram evidentes. A greve ocorria em meio a um intenso período de acirradas disputas eleitorais em que diversas forças políticas competiam pela simpatia do voto operário” (Fontes, 1999, 159). O próprio governador Jânio Quadros apóia inicialmente a greve, embora depois ceda a pressões do governo federal, colocando a polícia na rua para reprimir o movimento. Segundo Fontes: “Na paralisação dos sapateiros, o governo estadual já havia fornecido alimentação e medicamentos aos grevistas. O mesmo procedimento foi adotado na greve dos 400 mil” (Fontes, 1999, 159). Segundo comunicado do Serviço Secreto do Dops, em reunião geral extraordinária dos trabalhadores metalúrgicos realizada no Cine Oberdan em 7/10/57, os trabalhadores “manifestaram agrado pela atitude do governador do Estado, mandando a Assistência Social do Palácio dar ajuda às famílias dos grevistas sapateiros, o que é uma garantia para as famílias de integrantes de futuros grevistas de outras categorias”.¹⁰

Cabe lembrar, ainda, que o vice-governador, general Porfírio da Paz, acabou recebendo a alcunha de “piqueteiro-mor” por haver participado de um piquete para a paralisação da Cia Alpargatas. O Marechal Lott, candidato a Presidente da República nas eleições de 1959 à frente das forças nacionalistas, também vincula-se à greve. Temendo o surgimento de piquetes espontâneos, “selvagens”, Lott propõe o uso de braceletes de forma a

⁽⁹⁾ Dops, Relatório. Assunto: Assembléia Geral de Grevistas.

⁽¹⁰⁾ Dops, Serviço Secreto, Comunicado, 8/10/57.

identificar os piqueteiros vinculados ao sindicato. Militantes ligados ao Partido Comunista, reunidos na sucursal do jornal *Notícias de Hoje* em Santo André, resolvem, então, usar de um artifício para, ao mesmo tempo, acatar a sugestão do Marechal e reforçar a legitimidade dos piquetes face à patronal e à própria classe: passariam a usar braceletes em verde e amarelo com os dizeres: “Piquetes credenciados por Teixeira Lott”.¹¹

Portanto, os políticos, incluindo nesta categoria os militares-políticos, e mesmo os representantes dos governos municipal e estadual, procuram através dos votos e do apoio operário, legitimidade para a prática de uma hegemonia. Por sua vez o movimento operário, através do apoio dos políticos em geral, procura legitimar uma ação de classe, criando elementos de uma contra-hegemonia.

O segundo aspecto a ser destacado na greve de 1957 é o apoio conquistado entre a população. De acordo com Paulo Fontes: “Como na greve dos 300.000 em 1953, as demonstrações de solidariedade de outras entidades sindicais e movimentos sociais, bem como da população em geral eram crescentes”. Ainda segundo Fortes, a partir do segundo dia, 16 de outubro, “a paralisação foi de praticamente 100% e o movimento ganhava ares de rebelião popular” (1999, 156). As manifestações de solidariedade foram muitas: “Os sindicatos envolvidos no movimento estimulavam e organizavam com bastante sucesso a arrecadação de fundos e gêneros de primeira necessidade nos bairros proletários” (1999, p.56). A feição de “rebelião popular” assumida por uma greve de seis categorias de trabalhadores faz pensar sobre a conjuntura nacional: carestia, escassez de alimentos, no plano econômico e política de compromisso característica de um “Estado de compromisso” no plano político. Faz pensar, na linha de reflexão deste artigo, nos significados assumidos pela presença popular como fonte de legitimação do “pacto populista”. A ação operária assume, nessas condições, face ao conjunto da população, significados que vão além da simples legitimidade da ação reivindicatória. Parece que, ao contrário, é o papel atribuído ao trabalhador na comunidade nacional, tal como representada no

pacto populista, o que legitima a ação reivindicatória. O proletário aparece, junto à população, como representante da nação.

O terceiro aspecto diz respeito à organização da greve. O movimento estruturou-se sobre os seguintes organismos: sindicatos, comissões de fábrica, comissões de organização, piquetes, Pacto de Unidade Intersindical. Nenhum desses espaços pode ser considerado como inteiramente autônomo ou como inteiramente controlado pelo Estado. Os sindicatos estavam submetidos aos controles da CLT, do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho, e presos aos diversos mecanismos de cooptação dos dirigentes sindicais, tais como a eleição para vogais na Justiça do Trabalho. Ao mesmo tempo eram núcleos de organização de uma ampla vida política e social da categoria e de lutas econômicas e jurídicas. Os sindicatos organizavam festas juninas, torneios de futebol, pic-nics, campanhas de sindicalização, pressionavam por mudanças na legislação, encaminhavam protestos às autoridades, prestavam solidariedade a lutas de outras categorias, lutavam contra a carestia.

Nos momentos de maior mobilização, a direção da luta era partilhada entre dirigentes sindicais e comissões de trabalhadores. Isto fica claro pela leitura de notícias como a veiculada no jornal *Notícias de Hoje* de 17/9/57, sobre a assembléia conjunta dos têxteis do estado, realizada no dia 15. Dentre as resoluções mais importantes, cabe assinalar a de entrar em assembléia permanente (a greve seria deflagrada um mês depois, em 15 de outubro) e a de constituição da comissão de greve, com a ampliação da comissão de salários. Estas comissões eram formadas por operários da base, eleitos em assembléia. A importância das comissões pode ser verificada pelo fato de assinarem, juntamente com a diretoria do sindicato, os boletins de greve. O *Boletim de Greve no. 5*, por exemplo, é encabeçado pelos dizeres: “Comissão de Greve, com a Diretoria do Sindicato, elaborou e apresenta o seguinte: Programa dos Têxteis para o dia 24 (...)”, seguindo-se a programação prevista para o dia. Seria, então, realizada uma Assembléia Geral, das seis

⁽¹¹⁾ Dops, Comunicado, 21/10/57.

categorias, encerrando a greve. Outra assembléia, exclusiva de têxteis, ratificaria a decisão. O Presidente do Sindicato, Julio Devichiatti, então “enaltece o trabalho de todas as comissões que funcionaram, no decorrer da greve, especialmente a comissão de piquetes”.¹²

Quanto às comissões de fábrica, cuja importância já foi amplamente assinalada em trabalhos como o de Ricardo Maranhão, José Álvaro Moises e Hélio da Costa, elas também deslizavam na ambigüidade de espaços autônomos de ação operária e espaços controlados pelo sindicato e reconhecidos pelo Estado. As comissões eram muitas vezes organizadas por militantes do Partido Comunista. Em alguns casos formavam-se *ad hoc*, para resolver lutas momentâneas e depois se dissolviam. Em setembro de 1956, um *Comunicado* do Dops registra uma outra situação: delegados de empresa são credenciados pela Delegacia Regional do Trabalho. Segundo o *Comunicado*: “A exemplo do que fizeram os metalúrgicos dias atrás, também os têxteis vêm de realizar uma reunião festiva no dia 7, na sede do Club dos Motoristas, com a finalidade de credenciar delegados de empresa no Sindicato”. Presente o Delegado da DRT, Vinícius Torre, “disse ter ido dar o apoio da DRT a tal sistema de representação em empresas, pela primeira vez na sua história (...)”, fazendo a entrega das credenciais aos novos delegados.¹³

Nesse contexto, os piquetes de greve adquirem tal legitimidade que, muitas vezes, convencem os patrões a permitirem a entrada dos piqueteiros nas fábricas para conversar com os operários e paralisar a produção. De acordo com entrevista realizada por Fábio Munhoz com um metalúrgico chefe de piquete: “Quando o piquete atingia a fábrica visada logo se estabelecia o contato do seu chefe com o proprietário da fábrica. Então o chefe do piquete, em nome dos demais operários, expunha ao patrão o caráter reivindicatório do movimento, bem como a sua natureza pacífica (...) solicitavam do patrão não interferir na adesão dos seus empregados ao movimento. Expunham as razões da greve e

procuravam convencer o patrão da necessidade de falar com os operários que estavam trabalhando. Sempre chegavam a um acordo favorável logo no primeiro contato. Quando os patrões ameaçavam apelar para a polícia, prosseguiam rondando a fábrica, influenciando psicologicamente nos operários que acabavam aderindo”.¹⁴

Finalmente, estruturas paralelas como o PUI, se por um lado, como afirma Wefort, não romperam com a estrutura sindical oficial, dando-lhe um novo fôlego, por outro lado, intensificaram a presença operária, ainda que controlada, na conjuntura, forçando os limites do exercício da hegemonia das classes dominantes no pacto populista.

Fica evidente a impossibilidade de se contrapor a idéia de um movimento operário autônomo à idéia de um movimento operário controlado pelo Estado como duas situações ideais e opostas. Na prática, o movimento operário constrói graus de autonomia e de presença maiores ou menores através e pelas próprias mediações em que a hegemonia, na forma do nacional-populismo, se exerce.

CONCLUSÃO

A título de conclusão, podemos pensar que as formas pelas quais se legitimaram, no período populista, movimentos como a greve de outubro de 57, face ao Estado e à sociedade civil, têm relação com a maneira como a nação, como “comunidade imaginada”, vinha sendo construída desde a belle époque e, mais visivelmente, desde o modernismo. Foi nos espaços da hegemonia nacional-populista que adquiriu coesão e emergiu a “rebelião popular” simbolizada pela greve de 1957. A cada “onda de modernização” da economia, da sociedade e da cultura, verifica-se uma nova busca de identidade nacional e de valorização idealizada da cultura popular. Nos anos 30 o Estado escolhe o samba, o carnaval e o futebol como símbolos da nacionalidade. Nos anos 50, JK escolhe Brasília e a modernização industrial como símbolos do novo Brasil. Por sua vez, o operariado demonstra

⁽¹²⁾ Ata da Sessão Permanente da Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo.

⁽¹³⁾ Dops, *Comunicado preparado por SOG, 10/9/1956*.

⁽¹⁴⁾ Fundo Fábio Munhoz, caixa 8, Cedem/Cemap

entusiasmar-se com sua própria participação no jogo político, postulando-se como símbolo da nacionalidade. Como lembra Fontes: “a consciência de sua importância no jogo político era um sentimento crescente entre os trabalhadores”. De forma semelhante à situação analisada por Thompson para outro contexto bem diverso¹⁵, parece ocorrer que a hegemonia dos de cima se exerce, contraditoriamente, reforçando o polo oposto, a presença dos trabalhadores no cenário político, através de mecanismos de cooptação, que, entretanto, não podem ser plenamente eficientes, pois de certa forma, acabam sendo reabsorvidos pelas próprias práticas operárias. A tensão acaba desembocando em crises políticas recorrentes, como o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros ou a deposição de João Goulart.

Portanto, as identidades de classe e de nação formam-se em conflito e interação. Neste processo constrói-se uma imagem da comunidade nacional e é exercida uma hegemonia. A mesma, entretanto, não se estabiliza, é continuamente renovada e continuamente resistida. O nacionalismo-populismo, ao associar a idéia de nação, modernização econômica e reconhecimento da cultura popular e da presença operária, engendra uma hegemonia que só pode exercida pelo reconhecimento de um espaço de contra-hegemonia.

São Paulo, outubro de 2002

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**; reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados** (um estudo sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo). Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
- COSTA, Hélio da. **Em Busca da Memória**; Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.
- MUNHOZ, Fábio. **Sindicalismo e Democracia Populista: a Greve de 1957**. São Paulo: Cedec, 1977, mimeo.
- FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957). In: FORTES, Alexandre (Org.). **Na Luta por Direitos**; estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- FRENCH, John. **Afogados em Leis**; a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos Modernistas”. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp 289-305.
- MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950)**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MOISÉS, José Álvaro. **Greve de Massa e Crise Política** (estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo – 1953-54). São Paulo: Polis, 1978.
- MORAIS, Eduardo J. **A Brasilidade Modernista**; sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**; entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁵ Referindo-se às formas de hegemonia da gentry no século XVII na Inglaterra, afirma Thompson: “Esta era, em ocasiones, um delicado equilíbrio social em el que los gobernantes se veían forzados a hacer concesiones”. A hegemonia da gentry não supõe “la admisión por aprte de los pobres del paternalismo em los póprios términos de la gentry o em la imagen ratificada que esta tenía de si misma”. Thompson lembra ainda: “Es posible que los pobres estuvieran dispuestos a premiar com su deferência a la gentry, pero solo a um cirto precio. El precio era sustancial (...) visto desde esta perspectiva, los pobres impusieron a los ricos ciertos deberes y funciones paternalistas tanto como se le imponia a ellos deferecia”. Cf.: E.P. Thompson, *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*, pp 52 e 58.

ROMERO, Sílvio. **Nosso Maior Mal**, 1908.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Feliz 1958, o ano que não devia terminar**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

THOMSPON, E.P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de clase**; estudios sobre la crisis

de la sociedad preindustrial. 3ª Ed. Barcelona: Crítica, 1989.

VIANNA, Hermano. **O Mistério do Samba**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar

WEFORT, Francisco C. **Classes Populares e Política** (Contribuição ao estudo do “populismo”). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1968.